

Nehil Hamilton

DF-Invasão
006
Reportagem 0096

Moradores de Samambaia estão confiantes na aprovação do projeto do deputado Adão Xavier. Em outubro do ano passado a área estava desocupada, hoje há vários barracos de alvenaria

PROJETO QUE REGULARIZA INVASÃO EM SAMAMBAIA SÓ DEPENDE DA SANÇÃO DE RORIZ

FÉ NA ASSINATURA

Rovênia Amorim
Da equipe do Correio

Sempre que pode, o governador Joaquim Roriz repete a frase: "Vou retirar todas as invasões do Distrito Federal. Não deixo ficar um barraco." Agora está nas suas mãos o desafio de sancionar ou vetar a regularização de 220 lotes em Samambaia, ocupados por invasões. O projeto de lei que beneficia as famílias que construíram barracos nas quadras 404, 601, 602 e 609 foi aprovado semana passada na Câmara Legislativa.

Para virar lei, basta a assinatura de Roriz. O texto do projeto, de autoria do distrital Adão Xavier (PPB), só faz uma ressalva para a regularização: o invasor precisa estar morando, pelos menos, há cinco anos no Distrito Federal. Prazo inclusive inferior àquele que o governo pretende fixar no programa de política habitacional — que é de oito anos.

A secretária de Habitação, Ivelise Longhi, já pediu ao Instituto de Desenvolvimento Habitacional (Idhab) que repasse dados a ela, até segunda-feira, sobre a situação de cada terreno. Antes de Roriz apreciar o projeto, a secretária quer informá-lo se os lotes estão disponíveis ou se foram comprometidos, no governo anterior, para o assentamento de famílias filiadas a cooperativas.

O secretário de Comunicação, Welington Moraes, adianta que o governador Joaquim Roriz não vai permitir ilegalidades. "Se o projeto estiver regularizando invasões em área pública será vetado. O governo vai seguir rigorosamente os critérios da política habitacional e a prioridade será para quem estiver inscrito na lista do Idhab."

Na justificativa do seu projeto, o deputado Adão Xavier apresenta como argumento a Lei 307, de 11 de setembro de 1992. Sancionada por Roriz, que naquela época também era governador do Distrito Federal, a lei regularizou lotes de famílias que moravam de forma irregular em Samambaia. Segundo Xavier, muitas famílias ficaram de fora do processo de regularização porque seus nomes não constavam na listagem oficial do governo.

Quase sete anos depois, no seu segundo mandato, o deputado quer corrigir o que ele considera injustiça. "Buscamos oferecer o mesmo tratamento dado àquelas famílias", justifica ele no texto do projeto de lei. Para isso, teriam prioridade na regularização as famílias que já estão ocupando os lotes, inclusive aquelas que realizaram "algum investimento".

ESPREITA

O deputado só não revela, no texto do seu projeto, o que vem acontecendo nessas quadras desde outubro do ano passado, quando Roriz venceu as eleições. Esses espaços estavam vazios, sem ninguém morando. Hoje são favelas ou amontoados de barracos de alvenaria, construídos sem planejamento urbanístico em meio a loteamentos regularizados. Ou seja, aquelas famílias "injustiçadas" na regularização de 1992 podem nem estar mais morando em Samambaia.

Desde janeiro, quando o *Correio* começou a série de reportagens, denunciando a proliferação de invasões

O dilema de como agir está com o governador. Se sancionar a lei, Joaquim Roriz estará criando precedente para a regularização de outras invasões. Seria um balde de água fria na sua vontade de erradicar os barracos que surgiram nos últimos meses no Distrito Federal. E o governo perderia credibilidade para elaborar uma política séria para a habitação.

Se vetá-la, desmoraliza um aliado, que tem Samambaia como reduto eleitoral — Adão Xavier é do mesmo partido do vice-governador Benedito Domingos — e que ainda contou com o apoio de toda a base de sustentação do governo na Câmara para regularizar invasões em

no Distrito Federal que o crescimento desses focos vem sendo acompanhado. Em 5 de janeiro, os invasores chegavam à QR 609, ao lado do Parque das Três Meninas. Capinavam o terreno para erguer as tábuas de madeirite do barraco.

Naquele dia, com a enxada na mão, Sérgio Ricardo Nascimento, 25 anos, pai de dois filhos, limpava a área para cercar o seu lote. "Ficamos esperando umas três semanas até os policiais que vigiavam a área cansar. Na quarta-feira (da semana passada, dia 30 de dezembro), a gente entrou e cercou", contou o tecladista amador, que vestia uma camiseta branca com o nome do candidato Adão Xavier. "Não comecei a construir ainda porque não tenho certeza se vão deixar a gente ficar. Mas tô com fé em Deus."

Hoje, os barracos de madeirite na área são poucos. A maior parte deles já foi substituída por casebres de alvenaria. A área também é de conflito. Há duas facções de invasores que brigam pelo domínio do local. A turma

Samambaia. Todos passam a dever explicação à sociedade.

Mas o maior desgaste político sobriaria para o próprio Xavier, que teria de arranjar outra forma, menos absurda e irresponsável, de recompensar seus eleitores pelos votos que lhe valeram o segundo mandato na Câmara Legislativa. Aquela velha política de troca de favores.

Há duas semanas, um morador da QR 609, que não quis dizer o nome, mas apontado por outros invasores como "pastor", menosprezava os questionamentos do *Correio*. "Quem na administração te disse que isso aqui é invasão? Me diga o nome que vou lá e resolvo isso. Aqui é um parce-

lamento." A impetuosidade do invasor tem explicação, só agora entendida: tratava-se do projeto de Xavier.

Mesmo com os barracos marcados com a tinta azul dos fiscais da administração, os invasores tinham certeza de que não seriam tirados dali. Também dá para entender. O poder na Administração Regional de Samambaia está ligado ao deputado que os invasores evangélicos e cabos eleitorais ajudaram a eleger. O administrador José Adenauer Aragão Lima foi assessor do distrital no mandato anterior e o irmão do distrital, Edson Xavier, só espera nomeação para assumir a chefia de gabinete. (RA)

dos evangélicos, que diz ter chegado primeiro, e as demais famílias, que afirmam ter de ficar na área.

No sábado de manhã, a "irmã Betânia" (ela não quis dizer o sobrenome) lavava roupas com mais tranquilidade na porta do barraco de tijolo aparente. Há três meses ela está na invasão, com o marido desempregado e as duas filhas, de 7 e 3 anos. "Conseguimos alcançar nosso objetivo. O governador é nosso. Ele vai assinar", confia a pernambucana de 35 anos, evangélica, assim como o distrital Adão Xavier.

COMEMORAÇÃO

Na quinta-feira, ela e invasores das quadras beneficiadas pelo projeto lotaram as galerias da Câmara como forma de pressão. "Não precisamos nem convencer os deputados. Eles já estavam convencidos. Sabem que o projeto é para ajudar o ser humano", conta Betânia. Antes de invadir a QR 609, ela morava de aluguel na QR 501, em Samambaia.

Aos fundos dos seis barracos de al-

venaria dos evangélicos, estão os de madeirite das demais famílias de invasores. "Não somos piores do que eles. Se eles têm direito, nós também temos", protesta a cearense Marilu Pereira Bezerra, 20 anos.

Na QR 404, os moradores esperam que o governador Roriz sancione logo a lei. "Roriz é legal. Torcemos para ele ganhar as eleições e não vai nos decepcionar", diz a baiana Nilza Alves Pugas, 47 anos, que faz limpeza durante a semana no QG da Polícia Militar.

Ela mora como o marido num barraco de alvenaria, de quarto, sala e banheiro, no Conjunto 19 da QR 404. O piso é de "vermelhão" e as paredes só têm reboco do lado de fora. "Cheguei aqui em novembro, depois que o Roriz ganhou. O povo tava invadindo, a gente veio também", explica. Depois, é ela quem quer saber: "Escuta aqui, ele assinando, pára a derrubada? E os barracos que arrancaram lá na 601... Será que não vão dar apoio a aquelas famílias também?"